

A Forma Social da *Plantation*: mediação e controle na interpretação de Moacir Palmeira

Lucas Carvalho¹

¹Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

Este artigo retoma a tese de doutorado de Moacir Palmeira (1971) como contribuição decisiva para repensar a *Plantation* no Brasil e reabrir, em novos termos, o debate sobre as transformações do mundo rural. Como procedimento analítico, realizo um diálogo sistemático entre a tese e a tradição do pensamento social brasileiro, explorando aproximações e contrapontos que permitem destacar seus deslocamentos conceituais. Em vez de tomar o latifúndio como unidade econômica, Palmeira desloca o problema ao conceber a *Plantation* como forma social e sistema de mediação. Sustento que essa perspectiva torna inteligíveis elementos frequentemente tratados como efeitos dispersos – desigualdade de acesso à terra, restrições à produção e circulação camponesa, circuitos de troca e hierarquias locais – ao recolocar no centro a estruturação de fluxos de recursos, relações de troca e poder, bem como mecanismos de legitimação.

Palavras-chave: *Plantation*; Mediação; Controle do Acesso; Pensamento Social Brasileiro; Moacir Palmeira.

The Social Form of the Plantation: mediation and control in Moacir Palmeira's interpretation

Abstract

This article revisits Moacir Palmeira's doctoral thesis (1971) as a decisive contribution to rethinking the Plantation in Brazil and to reopening, on new terms, the debate on transformations in the rural world. As an analytical procedure, I develop a systematic dialogue between the thesis and the tradition of Brazilian social thought, exploring convergences and contrasts that bring its conceptual shifts into sharper relief. Rather than treating the latifundium as an economic unit, Palmeira reframes the problem by conceiving the Plantation as a social form and a system of mediation. I argue that this perspective renders intelligible elements often treated as scattered effects-unequal access to land, constraints on peasant production and circulation, circuits of exchange, and local hierarchies-by placing at the center the structuring of resource flows, relations of exchange and power, as well as mechanisms of legitimation.

Keywords: Plantation; Mediation; Access Control; Brazilian Social Thought; Moacir Palmeira.

Recebido em: 24/02/2026
Aprovado em: 13/05/2026
Publicado em: 25/09/2026



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

1 Introdução

A *Plantation* está de volta aos debates público e das ciências sociais. Avaliações distintas sobre crises contemporâneas – ambiental, democrática, colonialista, migracional – e também sobre lutas históricas, como a racial e a de gênero, têm tomado a *Plantation* como peça decisiva para compreendê-las, como mostram o debate em torno do “*Plantationceno*” e dos estudos críticos agrários (Borras Jr. *et al.*, 2025; Chao *et al.*, 2024; Haraway, 2015; Li, 2018; Welford, 2021). Esse retorno não reintroduz apenas uma categoria histórica. Ele reacende, sob novas perspectivas, um problema que por vezes parecia mais amortecido em certas narrativas sobre a modernização rural – a questão do acesso à terra e, mais especificamente, da distribuição da terra como eixo persistente de desigualdades, regimes de trabalho e circuitos de produção e circulação.

É nesse sentido que as discussões recentes sobre a *Plantation* se tornam reveladoras no caso brasileiro. A modernização do mundo rural foi muitas vezes interpretada a partir de premissas que tendiam a conceder pouco valor à *Plantation* como unidade de análise para a compreensão de dinâmicas atuais – sobretudo aquelas relacionadas ao agronegócio – ainda que, por vezes, se reconhecesse o peso de estruturas agrárias herdadas. Isso apesar do estoque de conhecimento reunido no pensamento social brasileiro, constituído por interpretações numerosas e divergentes nas quais a *Plantation* ocupou lugar central na reflexão sobre a formação da sociedade brasileira (Jackson, 2003; Lima, 2013; Maia, 2008; Silva, 2018). As possibilidades analíticas dessa tradição não residem apenas em dotar o presente de perspectiva ao remeter às raízes do passado, mas no fato de ter produzido, por meio de contrapontos e disputas, ganhos analíticos que podem interpelar de modo criativo e inesperado o debate contemporâneo (Botelho, 2010).

É nesse quadro que retomo a tese de doutorado de Moacir Palmeira como um capítulo fundamental das discussões sobre a *Plantation* no Brasil. Ainda sem versão em português, “*Latifundium et Capitalisme au Brésil: Lecture Critique d’un débat*”, defendida em 1971 na França, permanece uma leitura incontornável sobre o tema. Seu objetivo foi dissecar os argumentos que por longo tempo obsedaram os envolvidos na contenda entre capitalismo e feudalismo na esquerda brasileira, estabelecendo com essa literatura um diálogo crítico. Embora as discussões sobre o “Brasil agrário” remontem aos anos 1920 e 1930, seria sobretudo na década de 1960 que o debate ganharia estatuto público (Palmeira, 1971, p. III). Segundo o autor, isso se deveu principalmente a dois processos: de um lado, a emergência do movimento camponês na década de 1950 como agente político – com destaque para as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais; de outro, o acirramento das divisões na esquerda, com o surgimento

de novos grupos que questionavam a hegemonia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e difundiam versões contrapostas sobre os rumos da “revolução brasileira” (Palmeira, 1984, p. 15).

O caráter ideológico do confronto, contudo, não implica que ele não remetesse a “problemas reais” (Palmeira, 1971, p. 159, tradução minha). Palmeira argumenta que, embora os pressupostos tanto da tese capitalista quanto da tese feudalista tenham se convertido em amarras para a compreensão das transformações por que passava a *Plantation*, eles deveriam ser convertidos em ponto de partida para uma nova interpretação. O gesto decisivo, então, não era escolher um lado, mas desarmar os curtos-circuitos que travavam o debate: em vez de tratar o latifúndio como unidade econômica e buscar nele o “tipo” de relação social decisiva, Palmeira propõe compreender a *Plantation* em sua forma social ou, como denomina, “invariante estrutural”, isto é, a partir do conjunto de relações que a tornam possível, apesar dos variados – e por vezes contraditórios – arranjos organizacionais que pode assumir. Não é objetivo deste texto situar a tese de Palmeira na literatura internacional dos anos 1960 e 1970, ainda que tal reconstrução permitisse evidenciar contribuições importantes a diversos pontos do debate. Apenas gostaria de ressaltar que, como veremos adiante, o entendimento da *Plantation* enquanto sistema – e enquanto um modo de produção específico – permite a Palmeira fugir de certas aporias relacionadas ao funcionalismo e mesmo ao evolucionismo de parte daquela literatura e dedicar-se a pensar a *Plantation* como uma forma de associação entre indivíduos e grupos baseada no controle do acesso a terras, pessoas e recursos.

É a partir desse deslocamento que argumento aqui que o “sistema de *Plantation*”, tal como formulado por Palmeira, tem como eixo a função de mediação exercida por classes e grupos, por meio da qual outros elementos do sistema – como a desigualdade de acesso à terra e as formas restritas de produção e circulação camponesa – ganham inteligibilidade. Nessa perspectiva, o centro analítico recai sobre a estruturação dos fluxos de recursos, das relações de troca e de poder – e sobre os modos pelos quais essa estruturação se legitima socialmente. É justamente por isso que a tese interessa menos como uma posição no propalado debate feudalismo/capitalismo e mais como uma mudança do próprio terreno do problema. Afinal, um dos pontos centrais das discussões atuais é que as elites das *Plantations* muitas vezes operam em uma economia paralela, sustentada por mediações nas quais influência, corrupção, a monopolização de recursos e conexões estatais funcionam como meio circulante, mais do que o capital propriamente dito (Borras Jr. *et al.*, 2025; Chao *et al.*, 2024; Li, 2018).

Esse deslocamento, sustento, permite reinscrever a contribuição de Palmeira tanto na tradição do pensamento social brasileiro quanto em debates contemporâneos que retornam à *Plantation* para repensar a persistência e o redesenho de regimes de produção, consumo e desigualdade. Para demonstrar esses pontos, a seguir discuto como a tese, ao mesmo tempo em que intervém no debate agrário de seu tempo, repõe problemas centrais do pensamento social brasileiro e é somente nesse exercício a contrapelo que os argumentos de Palmeira ganham a inteligibilidade devida. Ao reconstruir esse diálogo – por aproximações e contrapontos – pretendo mostrar, por fim, como a leitura de Palmeira pode ser mobilizada para compreender a *Plantation* como uma forma de controle de acesso a recursos, isto é, como um arranjo em que a mediação organiza quem pode “beneficiar-se” do quê, por quais vias, e em que condições. Como veremos, o que o antropólogo denomina como sistema de *Plantation* pode ser entendido dentro de uma complexa trama de relações sociais nas quais diferentes categorias – e mesmo o grande proprietário – estão enredados. Daí decorre a importância, já

sugerida pela literatura recente (Borras Jr. *et al.*, 2025; Ribot; Peluso, 2003), de atentar para as diferentes camadas desse controle e para as práticas pelas quais trabalhadores, fazendeiros e intermediários mantêm a possibilidade de acessar ou não os recursos disponíveis.

2 Uma “terceira posição”

Em 1962, ainda no seu segundo ano de graduação da recém-criada Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Moacir Palmeira ingressou no curso de “Treinamento Básico em Ciências Sociais”, criado por Thales de Azevedo no Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia, no qual, ao fim de um ano, apresentou um trabalho de conclusão intitulado “Banditismo político e estrutura social”, sob a orientação de Maria de Azevedo Brandão. O intuito da pesquisa foi investigar os motivos pelos quais as Ligas Camponesas não se expandiram em Alagoas como ocorreu em outros estados, a exemplo de Pernambuco e Paraíba. Na ocasião, Palmeira aventou a hipótese de que a violência a serviço dos chefes políticos locais, estruturada em lutas de famílias, teria impedido a expansão daquela organização camponesa (Leite Lopes, 2013, p. 439; Palmeira, 2014, p. 392). De volta ao Rio de Janeiro, a convite de Manuel Diegues Jr., Moacir Palmeira e Otavio Velho participaram de estudos supervisionados por Candido Mendes, também ex-professor dos dois antropólogos na PUC, no Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (Clapcs).

Foi ainda no Clapcs que Palmeira tomou conhecimento da seleção de bolsas de estudos na França (Association pour l’Organisation des Stages en France), país que ao lado dos Estados Unidos se constituíam nas duas principais opções para aqueles que desejavam prosseguir na carreira acadêmica, sobretudo numa época em que a pós-graduação em ciências sociais não havia expandido conforme aconteceria nos anos seguintes (Palmeira, 2014, p. 375). Com questões que já havia elaborado ou trabalhado em pesquisas anteriores, sobretudo na Bahia, Palmeira obtivera a aprovação na seleção com o projeto “sobre ‘Implicações do desenvolvimento do capitalismo no campo no Brasil’”, esse era o título, mas eu estava interessado especificamente no problema do surgimento das ligas camponesas. Era o tema que eu queria estudar” (Palmeira, 2010, p. 53). No entanto, ao chegar à França, em 1969, teve a surpresa de constatar que o programa em que inscrevera seu projeto de pesquisa de fato não existia. Pierre Monbeig, então diretor do Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL) em Paris, convenceu-o a se inscrever no doutorado, o que o fez na Université Paris-Descartes, sob a supervisão de François Bourricaud, ex-professor da Flacso (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais), sediada no Chile.

Sem possibilidade de ir a campo, Palmeira percebera que o material empírico trazido do Brasil para desenvolver sua pesquisa sobre banditismo político não era suficiente. Contudo, possuía leituras aprofundadas sobre a questão agrária no Brasil, além de contar com grande parte da bibliografia sobre o assunto disponível na França. Por essas razões, decidira tratar deste tema candente à época, mais especificamente as polêmicas que envolviam as teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB) sobre o caráter feudal ou capitalista das relações sociais na agricultura. E o fez, porque, como explicou o autor, “[...] o que tentei foi (e não foi apenas

por um deleite intelectual, mas porque estava encontrando obstáculos concretos para conduzir uma determinada atividade de pesquisa) entender a lógica do debate” (Palmeira, 1984, p. 43).

Já naquele momento o debate feudalismo-capitalismo parecia esmaecer diante dos acontecimentos que haviam agitado o campo, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, seus termos estruturantes continuavam a permear distintas pesquisas (Garcia Jr.; Grynnszpan, 2002; Gnaccarini; Moura, 1983; Sigaud, 1992). De toda maneira, revisões teóricas se impunham a esse debate, porque, de acordo com Gnaccarini e Moura (1983, p. 7), “[...] a forma de superá-lo não está somente na pesquisa de campo, já que esta pode servir tão somente para ampliar as ‘provas’ que cada uma das posições quer dispor para ampliar sua própria evidência”. Era preciso, portanto, repensar aqueles termos estruturantes que informavam o debate, e, por conseguinte, a própria relação entre teoria e empiria.

Assumindo a tarefa de rever de forma crítica o debate, Palmeira estabeleceu um diálogo com aquela literatura a fim de identificar suas questões fundamentais, lançando mão para isso de teorias então em voga como a de Michel Foucault, Louis Althusser e Pierre Bourdieu – com este último teve contato mais próximo durante seu doutoramento (Palmeira, 2010, p. 62-63, 2014, p. 375). Por essa razão, o autor justificava a utilização dos conceitos de “campo ideológico” e de “campo intelectual” posto que, “la constitution d’un tel champ ne constitue pas un mouvement d’autonomisation dans le sens où l’entend Bourdieu. Au contraire, elle signifie l’instauration d’un rapport privilégié avec le champ politique” (Palmeira, 1971, p. VII-VIII). De acordo com Palmeira, a confluência do “campo intelectual” com o “campo político” no que toca ao debate sobre a questão agrária poderia ser observada pelas petições de princípio que acompanhavam os trabalhos, por exemplo, de Alberto Passos Guimarães, defensor da tese feudalista, e André Gunder Frank, defensor da tese capitalista. Para Guimarães, se a estrutura agrária brasileira poderia ser caracterizada como capitalista, não caberia reformá-la, daí o teor conservador da posição de seus adversários. Para Frank, no entanto, a outra versão do debate recaía numa visão evolucionista, e, ao contrário do que escrevia Guimarães, a permanência de desigualdades no campo permitiria entrever que apenas a superação do capitalismo acabaria com elas.

Como chamava atenção Palmeira, a definição do caráter predominante das relações sociais na agricultura brasileira – feudal ou capitalista –, estava intimamente relacionada com a posição ideológica de cada autor e a teoria que a sustentava, e não com o trabalho empírico de levantamento de dados, já que ambos os polos do debate se aglutinavam em torno do mesmo conjunto de questões – o latifúndio, o monopólio da terra, a tecnologia atrasada, as relações de produção e trabalho, dependência pessoal –, conformando uma “ideologia” cuja força está em “sa capacité d’incorporer non seulement ce qu’on essaie de dire sur les ‘objets’, mais aussi dans sa capacité de s’approprier de tout discours portant sur elle-même” (Palmeira, 1971, p. 159-160).

O caráter ideológico das questões envolvidas, contudo, não significava que elas não remetessem a “[...] ‘problèmes réels’ qui ne sont pas moins réels du fait que celui-ci ait un caractère idéologique” (Palmeira, 1971, p. 159). Dessa forma, as formulações de Palmeira sobre o debate não pretendiam transpô-lo, nem mesmo formular uma “síntese”, mas, como o próprio autor qualifica, apresentar uma “terceira posição” (“*troisième position*”). Isso porque, segundo o autor,

[...] não me parece produtivo tomar esse debate como um conjunto de discussões de caráter não muito científico, ou então de caráter científico mas que não teria chegado a bom termo por falta de informações ou pelo *parti pris* político de uns e outros. Não é o caso. A argumentação das duas correntes, acho que é igualmente respeitável. O problema é que as conclusões a que os autores chegam devem menos à argumentação utilizada do que a um jogo de relações políticas em que está imerso (Palmeira, 1984, p. 26).

Como esperamos deixar claro, as proposições apresentadas por Palmeira ao final de sua tese, além de serem fruto do esforço de exegese dos textos que envolviam o debate entre os defensores da tese feudalista e da tese capitalista nas relações sociais na agricultura brasileira, são também uma recuperação de temas e questões caras ao pensamento social brasileiro. Nesse sentido, a utilização de aportes teóricos na tese sintonizados com os debates contemporâneos, sobretudo a bibliografia norte-americana sobre a *Plantation*, revela ao mesmo tempo que oculta esse diálogo, cuja recomposição parece-nos interessante para ressaltar as críticas e as inflexões propostas por suas formulações em relação àquela tradição, de grande importância posterior para as pesquisas do antropólogo. Entre os temas que destacamos nessa reconstituição, estão: a relação entre as formas de imobilização da força de trabalho e o capitalismo; o “patriarcalismo” e a “função” do grande latifundiário; e, por fim, a “posição” do trabalhador rural e camponês no sistema de *Plantation*.

2.1 Capitalismo e *Plantation*

Após recompor os referenciais teóricos básicos do debate compartilhados pelos seus contendores, Palmeira, na quarta parte de sua tese, intitulada “Propositions”, recorre aos aportes teóricos em grande voga à época, sobretudo na França, do estrutural-marxismo (Louis Althusser, Étienne Balibar e Maurice Godelier, por exemplo), para formular uma alternativa teórica àquele debate. Justificava este recurso para se afastar de uma perspectiva “historicista”, segundo a qual a complexidade do real e a riqueza da história impossibilitariam o trabalho teórico mais sistemático. Por isso propunha estabelecer “[...] à la limite (mais seulement à la limite), un invariant structural (ou des invariants structuraux) capable de rendre compte de n'importe quelles 'variations' réelles” (Palmeira, 1971, p. 131). Essa “invariante estrutural” se encontraria no conceito de modo de produção, que, embora não pudesse captar toda a complexidade do real, permitiria fixar uma instância analítica para a recomposição de seus elementos fundamentais, a saber, as forças produtivas e as relações de produção. Como “estrutura de estruturas”, o conceito de modo de produção não poderia ser formulado *a priori*, mas deveria se valer do tipo de relação e do lugar ocupado por determinadas categorias, como “trabalhador”, “meios de produção”, “não-trabalhador”. Como ressaltado pelo antropólogo, estes elementos formariam uma “combinação” – não se tratando de uma “combinatória” –, variável, portanto, de acordo com o conjunto de relações sociais estabelecidas em determinada formação social. A maneira pela qual esses elementos se relacionariam definiria uma instância como dominante, muito embora “[...] ne coincide pas nécessairement avec la *détermination* 'en dernière instance par l'économique', mais elle n'élimine pas non plus cette *détermination*” (Palmeira, 1971, p. 132 grifos no original). Por isso, propôs o autor que se tomasse a *Plantation*

como um modo de produção específico, ainda que, como veremos, subordinado à dinâmica do capitalismo global, e com uma combinação própria de elementos.

Segundo o autor, o principal equívoco em que caíram os contendores do debate sobre as relações sociais na agricultura seria o fato de identificarem o latifúndio como instância econômica, não o entendendo como uma forma de organização social. Tal compreensão decorreria de uma confusão entre níveis distintos da realidade social: se para os defensores da tese feudalista o latifúndio era entendido enquanto “unidade de subsistência”, para os defensores da tese capitalista, o latifúndio era entendido enquanto “unidade de produção”. Os dois lados do debate, segundo o autor, não lograriam ultrapassar a “unidade econômica” de referência, o latifúndio, e compreendê-lo em sua inserção numa formação social específica. Não à toa, o autor utilizava, ao longo da tese, o termo *Plantation* no lugar de “latifúndio”, fazendo referência à literatura clássica que tratara daquela unidade econômica e marcando distância com relação ao debate que circunscrevia. Além disso, assinalava que utilizava a categoria “sistema de *Plantation*” (“système de *Plantation*”) para tratar não de “unidades econômicas”, mas do contexto econômico mais amplo no qual o latifúndio se insere (Palmeira, 1971, p. 133). Para o antropólogo a questão fundamental, portanto, seria “[...] quel mode de production, ou quelle articulation de modes de production, a permis l’émergence du latifundium?” (Palmeira, 1971, p. 133).

No continente americano, salientava Palmeira, a *Plantation* surgiu intrinsecamente ligada à expansão do capitalismo comercial, para o qual a conquista de colônias foi fundamental para o incremento de “acumulação primitiva” necessária à industrialização em desenvolvimento no Ocidente. Sob a dominação e os imperativos do capitalismo, na Colônia não existiria qualquer possibilidade de desenvolvimento de outras formas de produção que não a *Plantation*, dificultando ou impedindo o trabalho livre, a circulação de bens e a formação de mercados internos. Ao mesmo tempo, no entanto, a *Plantation* deveria ser dotada de certa “flexibilidade” para suportar as exigências do mercado internacional sem colocar em risco sua própria estrutura. Isso só seria possível porque o sistema de *Plantation*, além de impedir a complexificação das trocas mercantis, conformaria um tipo de dominação política centralizada na figura do senhor de engenho. Dessa forma, segundo o autor,

[...] chaque “unité de production” devant réaliser toutes ces conditions, le “système de *Plantation*” se présente alors comme un ensemble de ‘cellules’ tournées vers le marché international, plus ou moins isolées les unes des autres, opérant avec des techniques qui sont décrites comme ‘traditionnelles’. Le ‘problème économique’ de chaque unité de production sera donc de s’assurer de la plus grande quantité possible de terre et main d’oeuvre, non seulement en tant que ‘facteurs de production’, mais surtout comme blocage à d’autres alternatives économiques possibles à ces ‘facteurs’. L’absence de ‘compétition économique’ sur un marché international où elles ne ‘comparaissent’ pas, mais seulement leurs produits (et à travers les supports du capital commercial), donne lieu à une ‘compétition politique’ pour l’appropriation de ces ‘facteurs’ potentiels (Palmeira, 1971, p. 138).

A exemplo do sistema capitalista ao qual se encontraria subordinada, a *Plantation* suporia a separação do trabalhador dos seus meios de produção, mais particularmente da terra, legitimada juridicamente como propriedade privada de uma minoria. Seria, por isso, “indiferente” a este sistema a posse dos “objetos de trabalho” pelos trabalhadores, como

demonstrariam a existência de instituições como a “morada” e a “parceria” em seu interior, posto que o acesso à terra encontrar-se-ia bloqueado por mecanismos políticos (Palmeira, 1971, p. 140). Do ponto de vista do funcionamento da *Plantation*, o trabalho cativo cumpriria o mesmo papel que qualquer outra forma de imobilização da força de trabalho. Conforme o autor, “[...] la *Plantation* peut opérer aussi bien à la base de ‘rapports de travail’ esclavagistes, que des ‘rapports de travail’ serviles ou à la base du ‘salarial formel’” (Palmeira, 1971, p. 140).

Formulação que se distancia da tese clássica de Caio Prado Jr. apresentada em seu livro “Formação do Brasil Contemporâneo” (2011 [1942]), sobretudo no que diz respeito ao papel da escravidão. Para o autor marxista, no entanto, a escravidão operaria uma clivagem estrutural na sociedade brasileira, dado o próprio “sentido” que a colonização do Brasil imprimiu à sua formação, qual seja, a de produtora de mercadorias para o exterior. O latifúndio teria papel fundamental ao se constituir como uma empresa cuja organização se mostrou extremamente adequada às demandas externas, sendo o principal fator de sua bem-sucedida implantação, a organização do trabalho, amplamente alicerçada na relação entre o senhor e o escravo. Essa relação constituiria o “setor orgânico” da vida colonial, cuja organização e estabilidade permitiria uma melhor adequação às demandas do mercado exterior. Por outro lado, a escravidão teve o efeito de tornar o trabalho dos homens pobres livres dispensável, impedindo, entre eles, a formação de laços duradouros no âmbito do trabalho, fonte de uma possível solidariedade de classe. Ocupando a margem da relação fundamental na colônia estabelecida entre senhor e escravo, aos homens pobres livres não restaria senão uma vida baseada no insolidarismo e à mercê do mando dos grandes proprietários¹.

Essa tese, que seria reapropriada posteriormente por diversos autores que se vinculariam de uma forma ou de outra ao que se convencionou chamar de “escola sociológica paulista” (Bastos, 2002), toma a escravidão, portanto, como fator responsável por uma clivagem estrutural fundamental na sociedade brasileira, ao relegar à situação de penúria, dependência e anomia os homens livres pobres². No esquema proposto por Palmeira, entretanto, a escravidão seria inteligível a partir da dinâmica do “sistema da *Plantation*”. Ou seja, seria o “sistema de *Plantation*”, de acordo com as demandas externas e a disputa política pelos recursos em seu interior, que definiria as formas diversas de imobilização da mão de obra, não tendo a escravidão o mesmo peso estrutural que na tese de Prado Jr. Conforme Palmeira, “[...] la condition-limite infranchissable est que la main d’oeuvre soit immobilisée et disposée à accepter n’importe quels arrangements imposés par la conjuncture” (Palmeira, 1971, p. 140-141). A ênfase de Palmeira recai nos fatores de disputa política que permitiria a manutenção e adequação do “sistema” ao mercado externo. Veremos a seguir como se estrutura essa disputa política.

¹ Para uma apresentação mais detalhada da obra e do contexto de Prado Jr., ver Ricupero (2000).

² Sem dúvida, a leitura dos trabalhos de Sidney Mintz e Eric Wolf sobre a *plantation* caribenha pesaram na formulação de Palmeira no que se refere à localização da escravidão nesse sistema, ao colocá-la ao lado de outras formas de imobilização da força de trabalho. Não à toa, os trabalhos desses autores, sobretudo de Mintz, serão fundamentais na formulação de Ciro Flamarion sobre a “brecha camponesa” no modo de produção escravista e nas discussões e polêmicas a que se seguiram.

2.2 Patriarcalismo e a “função” do Grande Proprietário

Dada a especificidade do modo de produção da *Plantation*, Palmeira ressaltava que ele conformaria um conjunto de relações sociais em cujo centro ocuparia o proprietário de terras. Este serviria como “mediador” necessário entre a mão de obra interna à *Plantation* e o exterior, resultando no isolamento do trabalhador dos circuitos econômicos. Confinados à *Plantation*, os trabalhadores se submeteriam aos mecanismos extraeconômicos, ou seja, políticos, de dominação da classe proprietária, por meio dos quais ela “redistribuiria” os bens produzidos em seu interior. Dessa forma, a produção de “subsistência” dos trabalhadores entraria, por mecanismos indiretos, como o “barracão” e o “foro”, num circuito controlado pelo senhor proprietário, o que reforçava a relação de dependência. Além disso, esse tipo de controle e dominação sobre os camponeses dotariam esse sistema da “flexibilidade” necessária à sua perpetuação, pois, em momentos de crise, a escala de produção seria retraída, permitindo a mão de obra voltar-se à agricultura de subsistência até que as atividades principais da *Plantation* fossem retomadas, sem alterar, contudo, as relações de produção e de poder.

Ao contrário do que era estabelecido pela corrente feudalista do debate sobre a questão agrária, as cessões de lotes de terra aos trabalhadores não significavam que o trabalho ficaria restrito à produção de subsistência (Palmeira, 1971, p. 143). Toda a produção da *Plantation* – de “subsistência” ou no engenho – passava pela mediação e redistribuição do grande proprietário, por meio do qual entrava no circuito econômico. Dessa forma, tendências autárquicas do latifúndio, como supunham alguns autores do período, não se contrapunham à sua necessidade de importação de bens de consumo, haja vista que a “agricultura de subsistência”, tal como permitida no interior de *Plantation*, não seria canalizada necessariamente para o abastecimento interno, posto que restrita aos vínculos pessoais com os proprietários e às suas exigências de produção. Nas palavras do autor,

[...] cette position privilégiée du propriétaire est indispensable à la compréhension de la forme d'appropriation du surtravail propre à la *Plantation* et donc du fétichisme spécifique qui recouvre les rapports sociaux dans le ‘système de *Plantation*’. Et seule cette position explique ce ‘mystère’ d’unités économiques presque autonomes constituées en fonction du marche (Palmeira, 1971, p. 142).

As “trocas assimétricas”, segundo Palmeira, entre senhor-trabalhador/camponês, visualizadas na indistinção de tarefas realizadas no interior da *Plantation* e na distribuição dos resultados delas, seriam acobertadas pelo viés ideológico do “patriarcalismo”, dotando o senhor de uma “[...] aura presque providentielle de ‘protecteur’ qui mystifie les rapports de ‘séparation’ propres au ‘système de *Plantation*’” (Palmeira, 1971, p. 145). Seria esta forma de “pseudo-communauté” (“pseudocomunidade”) assumida pelas relações interiores à *Plantation* que impossibilitaria qualquer outra forma de associação entre os trabalhadores a não ser com o proprietário de terras, cujas ordens estariam em função direta das necessidades do mercado (Palmeira, 1971, p. 148). O “patriarcalismo”, tal como entendido por Palmeira, por conseguinte, criaria uma esfera de indistinção entre os interesses diversos de trabalhadores e proprietários, reduzindo os potenciais conflitos (Palmeira, 1971, p. 147-148).

Nesse ponto, Palmeira parece se inserir – ainda que com descontinuidades fundamentais – no interior de uma vertente da sociologia política brasileira, tal como reconstituída

por Botelho (2007), que remete às formulações de Oliveira Vianna (1987). Para Vianna, o latifúndio engendraria um tipo de dominação política baseada nas relações de mando e dependência em torno do grande proprietário, que impediria o surgimento de conflitos de classe. Isso porque, a grande propriedade, por sua autarquia econômica, exercera no plano social uma “função simplificadora”, ao restringir ou impedir outras formas de associação entre a “plebe rural”³. Ora, já vimos que o destaque dado ao “sistema” de *Plantation* permite a Palmeira fugir da ênfase posta na “autarquia econômica” da grande propriedade como caracterizado por Vianna. Contudo, ao destacar as exíguas possibilidades de conflito entre trabalhadores e proprietários no interior daquele sistema, Palmeira igualmente reforçava o caráter “simplificador” do latifúndio – a que por outros caminhos chegara Vianna. Nas palavras do autor, “[...] chaque travailleur se ‘lie’ et ne se ‘lie’ qu’au propriétaire. Comme certains auteurs brésiliens ont justement observé, la *Plantation* exclue tout autre type d’association” (Palmeira, 1971, p. 148).

Outros autores do pensamento social brasileiro, que se inserem na tradição acima destacada, já haviam chamado a atenção para as possibilidades e limites da ação social nesse sistema (Botelho, 2019). Maria Isaura Pereira de Queiroz (Pereira de Queiroz, 1976a), por exemplo, ressaltava a importância dos “grupos de parentela” na formação da sociedade brasileira, entendendo por “parentela” a associação de diferentes grupos, cuja estratificação se assemelharia a de uma pirâmide, no topo da qual estaria o senhor latifundiário. Esta posição garantiria a ele a subordinação de seus dependentes, exercida por meio de um tipo de dominação mais direta sobre aqueles que ocupam posições mais próximas à sua órbita de influência – agregados, familiares, trabalhadores. O contrário ocorre com as famílias de sitiantes que, donas de suas terras, forçariam que a dominação do senhor se exercesse senão de maneira indireta. Para esses casos, as diversas relações de parentesco (de sangue, de compadrio, uniões matrimoniais) seriam fundamentais para a arregimentação dessa população para a órbita de influência do grande proprietário e para a formação de alianças, inclusive com outras parentelas – o que não exclui as rivalidades e violências costumeiras que serviam inclusive para fomentar novas alianças e fortalecer a solidariedade interna a esses grupos (Carvalho, 2025).

Queiroz interessava-se sobremaneira com a cultura, sociabilidade e organização dos grupos de sitiantes, aos quais, segundo ela, poucos estudos haviam sido dedicados. Movimentos como o cangaço, o messianismo, teriam relevância para Pereira de Queiroz (Pereira de Queiroz, 1976b, 1982) justamente porque lançariam luz não somente sobre os limites da dominação engendrada pela estrutura de parentela, mas também sobre os limites dos próprios grupos “rústicos” organizados. Ao fim e ao cabo, embora apresentassem aspectos significativos de distanciamento daquela estrutura, – a exemplo do estabelecimento de uma solidariedade nova e até de desenvolvimento econômico, no caso dos grupos messiânicos –, no entanto, não conseguiam romper com a dinâmica de dominação baseada na parentela (Carvalho, 2025).

³ Essas restrições impostas pelo latifúndio teriam como efeito principal a dominação política cuja expressão se daria no que Oliveira Vianna chama de “anarquia branca”, ou seja, a apropriação privada dos latifundiários pelas instituições públicas, usando-as como mecanismo de reforço e perpetuação de seu poder privado. É no baralhamento entre público e privado, e não na produção e nas relações de classes, que se constitui a dominação política, tema tenaz daquela tradição da sociologia política tal como reconstituída por Botelho (Botelho, 2019).

Assim como Queiroz, Palmeira (1971, p. 146) ressaltava o pouco espaço nas abordagens sociológicas dedicado às relações de parentesco no sistema de *Plantation*. Relações estas que se constituíam em importante ponto de sustentação para a configuração do poder do grande proprietário, no qual a dimensão simbólica (“*rappports de parenté symbolique*”) é fundamental no estabelecimento de uma “*concurrence entre travailleurs pour leur ‘reconnaissance’ par la famille propriétaire, ce qui renforce la dépendance de ceux-là envers ceux-ci, et donc les mécanismes d’appropriation du surtravail*” (Palmeira, 1971, p. 147). Dentro de tal sistema, segundo o autor, restaria uma margem muito estreita a ações políticas oriundas dos trabalhadores, e quando essas ações ocorriam, o potencial contestatório esbarrava na estrutura de dominação, a qual acabariam por reforçar. Conforme aponta o autor,

[...] ainsi, la lutte de classes y est toute refractée dans les formes de conflit imposées par une telle dominance du politique. Si la lutte de classes n’est pas ‘reconnue’, si elle est masquée par la ‘pseudo-communauté’ d’intérêts de travailleurs et des propriétaires à qui ils sont ‘liés’; si, pour employer le concept de Dahrendorf, il n’y a pas de ‘groupes d’intérêts’ propres à l’objectivation de l’opposition de classes, celle-ci doit se manifester à travers d’autres formes et, tout d’abord, à travers les formes ‘politiques’ reconnues par le système (Palmeira, 1971, p. 151-152).

Para Palmeira, o conflito ficaria subjugado ao patriarcalismo, entendido como essa ampla rede de solidariedade social que supunha a “pseudocomunidade” de interesses e acobertava as tensões de classe existentes. Análise, portanto, oposta à clássica interpretação de Gilberto Freyre (2021), o qual identificava no patriarcalismo, tipo de organização social surgida na relação íntima entre a casa-grande e a senzala, o princípio ordenador da sociedade brasileira e ponto de equilíbrio das tensões dela decorrentes (Bastos, 2006). Como observa Bastos (2006, p. 189), em Freyre “[...] a categoria patriarcalismo pretende ‘cobrir’ toda a explicação sobre o social, como se na sociedade só houvesse um único ator e todos os elementos sociais fossem subprodutos dele”. Como se pode observar até aqui, o entendimento de patriarcalismo por Palmeira não se constituía em um fator explicativo da formação da sociedade brasileira e de suas mudanças, nem em um “traço cultural” que remontaria ao tipo português; de acordo com o autor, “[...] si notre analyse est correcte, ce ‘patriarcalisme’ s’explique, au contraire, par un certain jeu de positions” (Palmeira, 1971, p. 145-146). Nota-se, de acordo com essa afirmação, que Palmeira destacava a arregimentação específica de classes e poder que impediria a manifestação – pelo menos de forma incisiva – das tensões que as envolvem, o que não é o mesmo que negar o conflito. Mais uma vez, a ênfase recaía no sistema de *Plantation*, sendo as posições de grupos e classes internas a ela fundamentais para o entendimento de seus aspectos essenciais. Sua mudança acarretaria – como parecia ser o caso quando da mobilização de trabalhadores e camponeses a partir dos anos 1950 – outro “jogo de posições”, sendo o “patriarcalismo” ao menos ressignificado. Mas o que tornaria possível a modificação desse sistema? Se mudanças há, quais seriam elas e como elas atingiriam as “posições” deste sistema? Quais são os mecanismos utilizados pelo senhor de engenho para a manutenção da tutela sobre os trabalhadores rurais?

2.3 *Plantation* e Campesinato

Já se fez menção ao fato de que a proposição apresentada por Palmeira não colocava ênfase explicativa sobre a grande propriedade territorial – ainda que ela seja fundamental, como destacava o autor – mas no “sistema” que a possibilitava, formada, principalmente, pela associação dependente ao desenvolvimento do capitalismo, e a disputa política pelos recursos de imobilização da força de trabalho. No entanto, essa “estrutura social” implicava em relações específicas entre as classes que a compunham – embora Palmeira tenha ressalvas quanto à utilização do conceito de classe. Para melhor explicar essas relações, o autor recorreu aos argumentos contidos no artigo “Condição de classe e posição de classe” de Pierre Bourdieu (Bourdieu, 2007 [1966]). Inserindo-se num amplo debate sobre a noção de estrutura social, Bourdieu propõe pensar suas propriedades de maneira independente, estabelecendo a diferença entre “condição” e “posição” de classe. Como exemplo, observava que a tese de Robert Redfield, propondo pensar o camponês em sua relação à cidade, seria fundamental para a consolidação de uma longa tradição de estudos, sobretudo porque revelava a “condição” que define este estrato, permitindo situar e diferenciá-lo de outras organizações sociais – como as “primitivas” – ou estratos mais integrados ao mundo urbano – como o proletariado. Referindo-se às suas pesquisas entre camponeses na Argélia, apontava, contudo, que, se existe uma “condição” que possibilitaria situar “estruturalmente” o camponês – como o fez Redfield –, sua “posição”, todavia, variava de acordo com cada sociedade. Segundo Bourdieu, o que se poderia estipular serem características de uma classe superior de uma cidade pequena, por exemplo, poderia diferir bastante do mesmo estrato numa grande cidade, não obstante, as características comuns que possibilitariam a aproximação. Como observava o autor, “[...] considerar propriedade de posição deve impedir os sociólogos de transferirem indevidamente esquemas descritivos e explicativos de uma sociedade à outra, ou a uma outra época da mesma sociedade” (Bourdieu, 2007 [1966], p. 5).

Vimos que, para Palmeira, a manutenção do sistema de *Plantation* estaria relacionada à sua inserção no capitalismo internacional, o que implicava na separação, similar ao do modo de produção capitalista, do trabalhador de seus *meios de produção* – a terra principalmente. Contudo, as funções de mediação e redistribuição com o modo de produção capitalista seria outro aspecto importante que definiria a classe proprietária, através da qual a classe não-proprietária entraria em contato com o mercado, o que teria repercussões diretas na sua “posição” no sistema de *Plantation*. Os camponeses se encontravam “isolados” já que suas formas de vida não se dinamizavam, dada a exclusão de acesso ao mercado e o monopólio da terra exercido pelos grandes proprietários. Nas palavras de Palmeira,

[...] si la classe propriétaire est, au moins virtuellement, propriétaire d'autres moyens de production, et peut par conséquent, s'offrir d'autres alternatives économiques, il en va autrement de la classe des travailleurs ruraux, dont la dépendance à l'égard de la terre se manifeste chaque fois que, par l'effet de la conjoncture de marche, les propriétés rurales accèdent leurs activités économiques de 'subsistance' (Palmeira, 1971, p. 149-150).

Ao se deterem nestes momentos em que a atividade de subsistência ganha relevância na produção da *Plantation*, os estudiosos da questão agrária, segundo o antropólogo, acabariam por reificar a definição de camponês, supondo decisiva a posse dos meios de produção por

esse grupo. Essa perspectiva privilegiaria somente a “condição de classe” do campesinato, ou seja, “[...] les caractéristiques qui relèvent immédiatement de sa pratique de classe dans la production” (Palmeira, 1971, p. 150). No entanto, conforme Palmeira, se levado em conta as “posições de classe” do sistema de *Plantation*, seria possível desreificar a aplicação do conceito de campesinato no Brasil, posto que, embora o trabalhador tivesse a posse dos instrumentos de trabalho, não teria a do principal meio de produção que era a terra. Esse aspecto era fundamental para afastar o grave equívoco de que a destituição do lote de terra cedido no interior da *Plantation* levaria à proletarianização do camponês: não se poderia retirar deste agente aquilo que de fato ele não possuía.

Entretanto, na linha argumentativa de Palmeira isso não significaria endossar a tese capitalista, segundo a qual o camponês no Brasil seria uma espécie de operário disfarçado. Para o autor, essas circunstâncias guardariam suas particularidades, relativamente aos casos clássicos de expropriação dos trabalhadores, porque se vinculariam ao próprio funcionamento do “sistema de *Plantation*” e à posição da classe proprietária em seu interior. Sendo assim, os camponeses nesse sistema não teriam a propriedade efetiva da terra, mas dos instrumentos de trabalho; o que não os tornaria proletários, já que o acesso ao mercado se dá senão indiretamente e por diversos mecanismos de dominação extraeconômica. Portanto, nem a tese feudalista, nem a tese capitalista sobre a questão agrária no Brasil estariam atentas a esse “paradoxo”. Nas palavras do autor,

[...] à s'en tenir au langage de ces auteurs-là, on serait obligé de se rapporter à l'opposition de classe propre aux sociétés basées sur le 'système de *Plantation*' en les désignant comme 'serfs' sans seigneurs et 'capitalistes' sans ouvriers. Or, la solution à un tel paradoxe nous est indiquée par une approche 'positionnelle' qui, tout en nous permettant de saisir le 'système' complet des rapports de classes, nous montre que nous trouvons dans cette 'structure de classe' un plus grand poids fonctionnel de la classe dominante (Palmeira, 1971, p. 150).

Esse “peso funcional” da classe dominante para alguns analistas, segundo Palmeira, poderia parecer ambíguo, já que sua posição de mediadora interna a dotaria de lides conservadoras, ao mesmo tempo que sua posição de mediadora com o mercado externo a obrigaria a adequar-se às exigências do mercado e a se orientar para a mudança. No polo oposto, a classe dominada, excluída do mercado, confinar-se-ia ao “tradicionalismo”. Mas como ressalta o autor, “[...] cette tendance ne s'inverse qu'à partir du moment où l'isolement des travailleurs ruraux est rompu, c'est-à-dire, à partir du moment où ce “système de positions” que constitue la “structure de classes” s'est dans une certaine mesure transformé” (Palmeira, 1971, p. 151).

E a transformação das posições de classe poderia ocorrer porque a mesma flexibilidade que permitia a adaptação e manutenção do “sistema de *Plantation*”, sintetizadas na dupla articulação das classes dominantes, seria também ela, ao torná-la tão dependente às demandas externas e às crises do capitalismo, que faria com que o sistema ficasse suscetível a mudanças. Muito embora essas crises não colocassem em xeque todo o “sistema da *Plantation*”, poderiam ter o importante efeito de alterar as “posições” dos grupos e classes internos a ela. No que concerne à classe dominada, a quebra do “isolamento”, alteraria o suposto “tradicionalismo” camponês que parecia inerente à sua condição, para inseri-lo em outra “posição”, o que implicaria, segundo o autor, “[...] tout un réaménagement de la 'structure de classes' et donc

la possibilité de nouvelles formes d'association' que celles supposées par un tel 'isolement'" (Palmeira, 1971, p. 153-154).

Quando falava em quebra de isolamento, Palmeira se referia aos acontecimentos que a partir dos anos 1950 agitaram o mundo rural brasileiro, nordestino sobretudo, com o surgimento das Ligas Camponesas e sindicatos rurais. Aliás, como vimos, eram essas organizações que tinham, a princípio, despertado o interesse do autor de prosseguir seus estudos na França. Ao buscar uma "terceira posição" diante do debate sobre a questão agrária na esquerda brasileira Palmeira recolocou os pontos principais que o norteavam de forma a lançar luz nas transformações da *Plantation* e constituir uma ampla agenda de pesquisas coletivas (Carvalho, 2015).

3 Considerações Finais

Ao retomar a tese de Moacir Palmeira, busquei acompanhar um deslocamento analítico efetuado pelo pesquisador, que toma o conjunto social da *Plantation* como forma social e, sobretudo, como sistema de mediação. A *Plantation* aparece como um arranjo que organiza fluxos – de recursos, trabalho, dependências, favores, coerções – e que, ao fazê-lo, produz inteligibilidade para elementos que costumam ser tratados como efeitos dispersos, como a desigualdade agrária, as restrições à produção e circulação camponesa, os circuitos de troca e as hierarquias locais. Em outras palavras, a *Plantation* seria um modo de produção no qual se estruturam relações de troca e poder e os mecanismos que as legitimam.

Esse argumento se adensa quando o centro da análise deixa de ser apenas a propriedade ou o direito e passa a ser a capacidade efetiva de se beneficiar dos recursos disponíveis (Ribot; Peluso, 2003). Isso desloca o olhar para as mediações que tornam o acesso possível ou impossível, bem como para os mecanismos pelos quais ele é controlado, negociado e mantido. Em vez de pensar a dominação apenas como coerção ou disciplina, trata-se de reconhecer que o controle opera por camadas. Ele se exerce sobre a terra, mas também sobre os circuitos de produção e circulação, sobre o crédito e a comercialização, sobre a proteção e a autoridade, sobre os filtros que ligam – ou isolam – pessoas e grupos de mercados, instituições e centros decisórios. A propriedade entra como recurso fundamental, mas interligado a outros no interior do sistema. Por isso, aquilo que na literatura clássica era chamado de "imobilização do trabalho" pode ser relido como parte de um regime mais amplo. Não se trata apenas de fixar trabalhadores, mas de condicionar benefícios a relações e intermediações específicas, produzindo dependências duráveis e, ao mesmo tempo, formas práticas de manutenção do acesso por parte daqueles que dele dependem.

Nessa chave, relações de patronagem deixam de aparecer como resíduos de um passado arcaico e passam a funcionar como linguagem de mediação. Elas organizam fluxos de recursos e obrigações, articulam reciprocidades assimétricas, produzem lealdades e proteções e, sobretudo, regulam quem circula, quem permanece e em quais condições. Isso abre uma via direta para um diálogo profícuo com a literatura contemporânea sobre a *Plantation*, o que permite pensá-la como um complexo de dependências no qual se associam mecanismos tipicamente mercadológicos a lógicas relacionais de mediação, seja na organização interna de cadeias e circuitos econômicos, seja nas relações desses agentes com o Estado em suas

diversas funções (Chao *et al.*, 2024; Li, 2018; Wolford, 2021). O ponto decisivo é que essa articulação opera pela distribuição desigual das condições de acesso – à terra, ao trabalho, ao capital, ao mercado, à autoridade. Não como simples continuidade histórica, mas como forma social capaz de se atualizar em contextos mercadológicos e capitalistas muito distintos sem abandonar mecanismos relacionais de controle e legitimação.

Nesse sentido, gostaria de destacar três pontos que me parecem pertinentes ao retornar à interpretação de Moacir Palmeira sobre a *Plantation* à luz da discussão contemporânea. O primeiro diz respeito ao estatuto antissubstancialista da abordagem. Rememorando o contexto intelectual de seu doutoramento na França, em particular a influência de Bourdieu e de uma sociologia que buscava pensar grupos sociais dentro de relações e não como unidades substantivas (Palmeira, 2002, p. 58), é importante notar como esse programa relacional que sustenta a “abordagem posicional” da tese pode interpelar diretamente uma das tensões registradas no debate sobre o “*Plantationceno*”. Como reconhecem seus próprios proponentes e interlocutores (Chao *et al.*, 2024; Wolford, 2021), o conceito corre o risco de operar por acumulação tipológica – *Plantation* colonial, corporativa, verde, digital – ou de tratar atores como “elites”, “comunidades” e “trabalhadores” como grupos de atributos fixos, deslocados de uma formação histórica a outra. A lição de Palmeira sugere identificar, em cada configuração, qual jogo de posições e oposições confere existência a esses agrupamentos.

O segundo ponto concerne à relação entre mediação, controle e Estado. Palmeira compreendia o político no sistema de *Plantation* de duas maneiras: no “poder difuso” do sistema e no “poder concentrado” dos grandes proprietários, evitando assim, em suas palavras, a “abstraction de l’État ‘fiscaliste’ qui semble se superposer à l’économie de *Plantation*” (Palmeira, 1971, p. 151). É precisamente esse ponto que o debate contemporâneo obriga a reabrir. A literatura recente sobre a corrida global por terras e sobre as economias de *Plantation* converge em mostrar que crédito público, infraestrutura, titulação, regulação ambiental e aparatos de segurança constituem hoje recursos centrais cujo acesso é, ele próprio, objeto de mediação e disputa (Borras Jr. *et al.*, 2025; Li, 2018). A questão que se coloca, então, na esteira dos argumentos de Palmeira, é compreender o Estado não como instância externa que se “superpõe” ao sistema, mas como um conjunto de fluxos de recursos cuja canalização as posições dominantes monopolizam. Sob essa formulação, o tema clássico do público e do privado retorna, em particular atenta aos seus processos históricos, e, portanto, não como essência da formação brasileira (Botelho, 2007), mas como uma configuração possível, e variável, do sistema de mediações.

O terceiro ponto, decorrente dos anteriores, refere-se à pertinência e aos limites da própria noção de *Plantation*. Se ela designa uma forma social capaz de se atualizar em arranjos organizacionais muito distintos, surge o problema de definir os critérios que impedem sua aplicação indiscriminada. Em Palmeira, esses critérios parecem residir na ideia de “invariante estrutural”, ou seja, na caracterização do sistema sobretudo pelo bloqueio de alternativas econômicas associadas à terra e ao trabalho, bem como pela monopolização das mediações que permitem o acesso ao mercado e a outros recursos. Essa formulação permite indagar em que medida a pluralização ou o deslocamento desses mecanismos de controle implica uma metamorfose da forma *Plantation* ou sua própria dissolução. Embora Palmeira não ofereça uma resposta definitiva a essa questão, sua abordagem tem o mérito de formulá-la com precisão, diferentemente das perspectivas que buscava superar. É importante destacar que

pesquisadores críticos da questão agrária levantam questões semelhantes a partir de suas pesquisas. Para eles, a apropriação de terras, por exemplo, não depende necessariamente de a área ser efetivamente utilizada. Segundo Borrás Jr. *et al.* (2025), mesmo quando um projeto fracassa ou nunca sai do papel, pode haver apropriação de terras se as pessoas que antes tinham acesso àquela área continuarem impedidas de utilizá-la. Em outras palavras, o aspecto central não é o que será produzido na terra, mas quem passa a controlar o acesso a ela. Há *Plantation* onde o benefício depende de mediações monopolizadas e onde a competição se faz política, pela apropriação de pessoas e recursos.

Revisitar formulações clássicas sobre a *Plantation* não é reintroduzir um passado na análise do presente, mas explicitar um princípio de organização que atravessa tempos e se reconfigura. Ao aproximar Moacir Palmeira de um vocabulário atento às mediações do controle do acesso, torna-se possível descrever com mais precisão como a mediação fabrica benefícios e dependências. Como e quem controla, como e quem mantém e como se converte relações em acesso. Com isso, abre-se a possibilidade de tratar as transformações do mundo rural e da *Plantation* como sistemas de mediação do acesso, e não apenas como posições estruturais previamente dadas.

Referências

- BASTOS, Elide Rugai. **As criaturas de Prometeu**: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. 1. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.
- BASTOS, Elide Rugai. Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista. In: **O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002**. São Paulo; Brasília: Anpocs; Ed. Sumaré, 2002. v. IV.
- BORRAS JR., Saturnino M. *et al.* The spectacular global land rush: its character, extent and consequences. **Globalizations**, v. 22, n. 8, p. 1496-1516, 17 nov. 2025.
- BOTELHO, André. Sequências de uma sociologia política brasileira. **Dados**, v. 50, n. 1, p. 49-82, 2007.
- BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo Social**, v. 22, n. 1, p. 44-66, 2010.
- BOTELHO, André. **O retorno da sociedade**: política e interpretações do Brasil. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007 [1966]. p. 3-25.
- CARVALHO, Lucas Correia. **Projeto, conhecimento e reflexividade**: estudos rurais e questão agrária no Brasil dos anos 1970. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- CARVALHO, Lucas Correia. **10 lições sobre Maria Isaura Pereira de Queiroz**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2025.
- CHAO, Sophie *et al.* The *Plantationocene* as analytical concept: a forum for dialogue and reflection. **The Journal of Peasant Studies**, v. 51, n. 3, p. 541-563, 15 abr. 2024.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & senzala**. São Paulo: Global Editora, 2021.
- GARCIA JR., Afrânio Raul; GRYNNSZPAN, Mario. **Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão**. São Paulo; Brasília, DF: Anpocs; Sumaré, 2002.

GNACCARINI, José Cesar; MOURA, Margarida Maria. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, v. 15, p. 5-52, 1983.

HARAWAY, Donna. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. **Environmental Humanities**, v. 6, n. 1, p. 159-165, 1 maio 2015.

JACKSON, Luiz Carlos. **Representações do mundo rural brasileiro**: dos precursores à sociologia da USP. 2003. 251p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LEITE LOPES, José Sergio. Entrevista com Moacir Palmeira. **Horizontes Antropológicos**, v. 19, n. 39, p. 435-457, 2013.

LI, Tania Murray. After the land grab: Infrastructural violence and the “Mafia System” in Indonesia’s oil palm *Plantation* zones. **Geoforum**, v. 96, p. 328-337, 1º nov. 2018.

LIMA, Nisia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. 1. ed. [S.l.]: Hucitec, 2013.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **A Terra como invenção – O espaço no pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Populações meridionais do Brasil**. Niterói: EDUFF, 1987. v. I

PALMEIRA, Moacir. Os anos 60: revisão crítica de um debate. In: ANAIS DO SEMINÁRIO REVISÃO CRÍTICA DA PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA VOLTADA PARA A AGRICULTURA. São Paulo, 24-25 de março. São Paulo: Asesp/Cebrap, 1984. p. 482. **Anais [...]**. São Paulo, 1984.

PALMEIRA, Moacir. Depoimentos. In: BOURDIEU, Pierre. (org.). **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. p. 57-58.

PALMEIRA, Moacir. Nordeste: violência e política no século XX. **Revista de Ciências Sociais**, v. 37, n. 1, p. 53-62, 2006.

PALMEIRA, Moacir. **Moacir Gracindo Soares Palmeira (depoimento, 2009/2012)**. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (7h 15min), 2010. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/moacir_palmeira/TranscricaoMoacirPalmeira.pdf. Acesso em: 2 set. 2026

PALMEIRA, Moacir. Memorial do candidato. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 371-409, 2014.

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. **Latifundium et capitalisme au Brésil: lecture critique d'un débat**. 1971. 170p. Tese (Doutorado) – Université Paris-Descartes, Paris, 1971.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-omega, 1976a.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **O messianismo no Brasil e no mundo**. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: Dominus/Edusp, 1976b.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **História do cangaço**. São Paulo: Global, 1982.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBOT, Jesse C.; PELUSO, Nancy Lee. A Theory of Access. **Rural Sociology**, v. 68, n. 2, p. 153-181, 2003.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo, SP, Brasil: Editora 34, 2000.

SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: SIGAUD, Lygia. **Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo; Rio de Janeiro: IDESP; Sumaré, 1992. p. 30-42.

SILVA, Felipe Maia G. da. Metamorfoses da questão agrária: controvérsias intelectuais, política e mundo rural no Brasil contemporâneo. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, p. 75-122, 2 set. 2018.

SILVERMAN, Sydel. The Peasant Concept in Anthropology. **Journal of Peasant Studies**, v. VII, p. 54-63, 1979.

WOLFORD, Wendy. The Plantationocene: A Lusotropical Contribution to the Theory. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 111, n. 6, p. 1622-1639, 19 set. 2021.

Lucas Correia Carvalho

Professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Trabalha nas áreas de pensamento social brasileiro, análise de redes e cientometria. Autor de “*10 Lições sobre Maria Isaura Pereira de Queiroz*” (Ed. Vozes, 2025).

Endereço Profissional: Câmpus do Gragoatá, Bloco O, Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, São Domingos, Niterói, RJ. CEP: 24210-201.

E-mail: lucascorreiacarvalho@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0118-7762>

Como Referenciar este artigo:

CARVALHO, Lucas. A Forma Social da *Plantation*: mediação e controle na interpretação de Moacir Palmeira. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 28, e110984, p. 1-18, 2026.